

Produzir sem desmatar

Programa que une agro, finanças e conservação investe na transformação de pastagens degradadas em áreas produtivas, sem abrir novas frentes de desflorestamento.

Expandir a produção agrícola no Brasil ou salvar a floresta do desmatamento? Uma iniciativa que une uma ONG conservacionista, um banco e uma agroindústria aposta que é possível aliar os dois. O programa Reverte, parceria entre o Itaú BBA, a multinacional Syngenta e a The Nature Conservancy (TNC), incentiva produtores rurais a recuperarem áreas degradadas de pastagem, aumentando sua área de cultivo sem precisar avançar sobre a vegetação nativa. Para isso, recebem crédito com condições especiais e se comprometem a oferecer contrapartidas ambientais.

O Brasil tem ao menos 40 milhões de hectares de pastos degradados com potencial para a agricultura, segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). É quase o tamanho da Suécia. Transformar esse passivo ambiental em solo produtivo é uma estratégia que vem ganhando força, tendo se transformado em um programa do governo federal e em tema a ser discutido na COP30, em Belém. O argumento é que é possível dobrar a produção de alimentos no país sem desmatar nenhum metro quadrado a mais.

O problema é que a recuperação dessas terras exige um investimento elevado, com retorno gradual. Em média, são necessários R\$ 8.000 por hectare para a correção do solo — valor que pode subir para R\$ 17.000 por hectare quando se consideram infraestrutura e maquinário, explica Jonas Oliveira, gerente de sustentabilidade da Syngenta. Além disso, a produtividade nas áreas recém-recuperadas costuma ser mais baixa nos dois primeiros anos, tornando o investimento pouco atrativo sem um financiamento específico.



É nesse ponto que o Reverte atua. O programa oferece uma linha de crédito com prazo de até dez anos, incluindo até três anos de carência, para que o produtor possa recuperar o solo, iniciar o cultivo e só então começar a pagar. Além dos insumos para adequação da terra, investimentos em infraestrutura da fazenda também são contemplados com o financiamento.

“Precisamos olhar para essa grande oportunidade de aprimorar a forma como produzimos e aproveitar esses milhões de hectares de áreas que já estão abertas. Mas, para viabilizar essa solução, são necessários mecanismos financeiros: uma linha de crédito mais paciente, que acomode as despesas do produtor até que a área se torne rentável”, afirma Julia Mangueira, diretora para o Cerrado na TNC.

Entre os critérios exigidos para ter acesso ao programa, estão a comprovação de que não houve nenhum desmatamento – mesmo legal – na área financiada desde janeiro de 2018 e a conformidade com a legislação ambiental e trabalhista. O produtor também não pode ter feito desmatamento ilegal em nenhuma de suas terras ao menos desde 2008. “Um grande ganho do programa, do ponto de vista ambiental, é monitorar não só a área financiada, mas todas as outras fazendas do produtor”, diz Mangueira. “Foram definidos critérios ambientais muito claros e viáveis.”

O trabalho começa com uma avaliação das condições do solo. Em muitos casos, as pastagens degradadas apresentam erosão, acidez, compactação e baixa cobertura vegetal. Cria-se, então, um protocolo personalizado para restaurar a terra, com a aplicação de corretivos e fertilizantes, rotação de culturas, culturas de cobertura e plantio direto, entre outras técnicas.



Mais de 60% das áreas atendidas pelo Reverte adotam o sistema de integração lavoura-pecuária, em que se reveza o cultivo de grãos com o pasto para gado, mantendo o solo coberto ao longo do ano.

A maioria das propriedades tem a soja como cultura principal, com o milho como segunda safra, mas há também pilotos com cana-de-açúcar e citricultura. Embora o programa atenda predominantemente grandes produtores, há discussões em andamento sobre como ampliar a participação de cooperativas e de agricultores de menor porte.

R\$ 1,9 BILHÃO E 260 MIL HECTARES

O Reverte começou a ser estruturado em 2019. Em 2021, foi realizado um piloto com os primeiros sete produtores e em 2023, o projeto ganhou escala. Hoje, são 87 produtores, que receberam, somados, R\$ 1,9 bilhão em crédito. Até agora, foram recuperados 260 mil hectares de terra em 363 fazendas, situadas em oito estados: São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Roraima. Juntas, essas propriedades preservam 387 mil hectares de vegetação nativa em áreas de reserva legal e de proteção permanente.

As fazendas são monitoradas por meio da ferramenta bioAS, desenvolvida pela Embrapa Cerrados, que mede a saúde biológica do solo com base em análises de atividade microbiana. Pela última medição, no ano passado, 70% das áreas avaliadas apresentaram solo classificado como saudável ou em recuperação. “A gente tem área que está no programa desde 2021 e que este ano já atingiu produtividade de 100 sacas de soja por hectare”, conta Jonas Oliveira. A média brasileira gira em torno de 55 a 60 sacas por hectare.

Além disso, o programa iniciou o processo de certificação de algumas propriedades. Três fazendas – duas no Mato Grosso e uma em São Paulo – receberam o selo da Sustainable Agriculture Initiative Platform (SAI), que reconhece boas práticas em sustentabilidade, manejo do solo, bem-estar de trabalhadores e conservação ambiental.

Segundo Oliveira, o mercado tem cobrado mais sustentabilidade do agronegócio e os produtores vêm se adaptando a isso. “Vejo uma evolução significativa na visão dos



agricultores em relação ao tema da sustentabilidade. Eles percebem que pode ser uma oportunidade de negócio e que precisam cada vez mais buscar boas práticas e uma agricultura regenerativa.”

A meta é, além de evitar o dióxido de carbono que seria emitido em caso de desmatamento, a expansão dos cultivos sobre pastos degradados possa ajudar a capturar carbono do solo com o uso de técnicas agrícolas regenerativas.

“A ideia é não apenas produzir melhor e reduzir o impacto, mas também gerar impacto positivo ao regenerar esse solo, trazendo mais matéria orgânica e capturando mais carbono”, diz Julia Mangueira, da TNC.

A savana mais biodiversa do mundo



O Reverte hoje funciona também em áreas da Amazônia e da Mata Atlântica, mas o foco principal é no Cerrado, onde fica a maior área para a expansão sobre pastagens no país. Mangueira chama a atenção para a importância desse bioma.

“Para além de toda sua relevância econômica na produção de commodities, que precisa ser fortalecida, o Cerrado tem grande importância socioambiental. É a savana mais biodiversa do mundo e é considerada a caixa d’água do Brasil, onde nascem oito das 12 bacias hidrográficas do país. Precisamos pensar em formas de produzir que mantenham essa biodiversidade equilibrada e ajudem a mitigar as mudanças climáticas”, defende.

Ela também aponta para a necessidade de apoiar outros perfis de produtores e outros sistemas de uso da terra, como agroflorestas e agricultura familiar. “A gente está em um cenário muito fértil. Mas são 40 milhões de hectares, não vai ser uma organização que vai dar conta disso tudo. A gente precisa de mais Revertes. Tem que ser um esforço nacional”, completa.

Tomás Kovensky, especialista em finanças sustentáveis da TNC, lembra que a própria agricultura depende da preservação dos recursos naturais e que o país tem vocação para liderar a agenda da preservação. “O Brasil está muito bem posicionado na produção agrícola e também precisa se posicionar como provedor de soluções baseadas na natureza. Não acho que as agendas de sistemas alimentares e de conservação precisam andar segregadas. O Reverte é um exemplo de um projeto que integra essas duas prioridades.”